

Desemprego e Economia Solidária: Repensando a Autogestão

Elcio Gustavo Benini

Leonardo Francisco Figueiredo Neto

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

RESUMO

A precariedade no trabalho atinge todas as classes de trabalhadores. É dentro deste contexto que o projeto de economia solidária tenta recolocar a autogestão como resposta e alternativa ao desemprego. Porém a qualidade da autogestão é diretamente relacionada ao grau de capacidade decisória efetiva que um sujeito pode utilizar, e não apenas pela sua condição de proprietário. Neste trabalho, foram articulados e discutidos pesquisas e artigos científicos sobre economia solidária, precariedade do trabalho e políticas públicas, conjuntamente com a análise de alguns estudos de casos apresentados em artigos científicos. Entende-se que a autogestão efetiva significa, sobretudo, cidadania plena, percebe-se que ela não tem sido uma realidade presente nos empreendimentos ditos “solidários”; concentrados na meta principal de gerar trabalho e renda, eles acabam sendo também prisioneiros da precarização, manifesta por meio de diferentes formas ou restrições, logo tais iniciativas sobrevivem com medidas competitivas tipicamente capitalistas, devido ao contexto que estão envolvidas.

Palavras-chaves: Precarização. Autogestão. Burocracia

1. INTRODUÇÃO

Para entender de forma mais adequada o mundo que nos cerca com seus diferentes fenômenos sociais, projetos, ideologias, contradições, e assim por diante, optou-se por um método de análise e reflexão dialético que articule o “texto” e o “contexto” do presente objeto de estudo – a chamada “economia solidária”, contrapondo a proposta normativa (texto) presente nos discursos e ensaios de diferentes atores sociais que declaram ou explicitam o projeto de economia solidária, com a realidade social na qual ela se insere (o seu contexto), para que dessa forma possamos entender melhor sua essência, equívocos e dilemas.

Dessa maneira o primeiro passo foi explicitar que o modo de produção capitalista cria e recria formas de gestão da força de trabalho e de dominação burocrática (que veremos melhor mais adiante), assegurando a apropriação de uma parte do trabalho vivo (capital variável) pelo próprio meio de produção (capital constante), o resultado será a extração de mais valia; colocando então o lucro como sendo a sucção do trabalho vivo pelo trabalho morto. Com isso, mesmo estando o capitalismo em crise, fica evidente que as políticas neoliberais aplicadas seletivamente ao interesse do capital e da propriedade privada, cada vez mais acabam precarizando o trabalho e gerando taxas crescentes de desemprego, pois se trata de uma precarização que caminha estreitamente com os interesses dominantes.

Em resposta aquela precarização do trabalho, que atinge todos os níveis dentro das organizações heterogestionárias, suscitam movimentos sociais que buscam formas alternativas de trabalho e renda, reutilizando a cooperação e o mutualismo como valores sociais e democráticos, denominados agora de “economia solidária”. Seus princípios e metas parte do

pressuposto que é possível tratar das causas do desemprego a partir da criação de formas não capitalistas de trabalho.

Logo, para explicar melhor nosso argumento, serão tratadas as seguintes variáveis:

A dinâmica do sistema capitalista como causa do desemprego;

A suposta estratégia da autogestão como resposta;

A precarização do trabalho como efeito.

Será importante entender quais são os elementos em jogo quando se fala de desemprego e precarização, qual é a proposta da economia solidária e sua relação com a autogestão, o que significa a lógica da autogestão e quais são os limites das práticas da denominada economia solidária.

2. A QUESTÃO DO TRABALHO

Hoje é posto pela ideologia dominante promessas de sucesso, satisfação pessoal no trabalho, da estratégia de qualificação permanente para se ter um lugar privilegiado no mercado de trabalho, do ócio criativo, da emancipação do trabalho repetitivo e alienante, do trabalho “solidário” e “gratificante” no terceiro setor (DE MASI, 1991; IOSCHPE, 1997). São promessas (e este é o termo mais preciso, uma vez que carecem de fundamentação) que têm como pressuposto comum à responsabilização do indivíduo.

Porém uma visão mais atenta sobre a realidade do emprego e do trabalho revela que tais promessas estão longe da verdade. O que diferentes dados e estudos (BOURDIEU, 1998; BRAVERMAN, 1987; DEJOURS, 1999; FIORI, 2000; FURTADO, 1998; MARQUES, 1997) indicam é o aumento da precarização do trabalho em conjunto com a persistência de elevadas taxas de desemprego. Uma vez que este cenário já se estende por um bom período de tempo, fala em desemprego estrutural e não mais num mero fenômeno conjuntural da dinâmica cíclica capitalista. Assim sendo, entender as causas do processo de desemprego significa investigar processos que laçam suas raízes em questões mais profundas e abrangentes, longe de um tipo de visão centrada no indivíduo isolado que não conseguiria um posto de trabalho devido a sua “pouca” qualificação ou falta de iniciativa empreendedora.

Ao lado dessa concepção individualizadora, também encontra-se, de forma mais elaborada e sofisticada, outras leituras que destacam a questão do baixo crescimento econômico em relação ao crescimento da população economicamente ativa (PEA) bem como a baixa taxa de investimentos produtivos, o processo de competição global entre as corporações e a apropriação sempre privada dos ganhos de produtividade, ganhos estes obtidos tanto por meio de novas tecnologias (progresso técnico) como pela introdução de inovações gerenciais.

Para esta comunicação, optou-se então pela análise mais ampla do fenômeno em questão, levando em conta a realidade social como uma totalidade única, contendo diferentes - mas sempre conectadas - dimensões.

Com essa perspectiva, transparece que a dinâmica central que determina as raízes do desemprego e da precarização do trabalho é a acumulação capitalista. São elementos inerentes deste processo a lei do valor, a extração de mais valia absoluta e relativa, a mercantilização do trabalho, a concorrência intercapitalista, introdução de tecnologias poupadoras de mão de

obra, tendência ao controle monopolista do mercado e a lógica burocrática da alienação no processo de produção (separação entre concepção e execução do trabalho, separação do trabalho dos meios de produção, separação do trabalhador dos frutos do seu trabalho). São dimensões que traduzem o modo de produção capitalista no que diz respeito aos seus mecanismos de reprodução e meios de funcionamento.

É diante deste contexto maior que o trabalhador (que vende sua força de trabalho na condição de mercadoria) ora adapta-se, ora resiste, mas também em certos momentos históricos lança mão de um confronto direto. Logo, a história do capitalismo é também a história das lutas divergentes ou contrárias a sua própria prática.

Tendo explicito esse pano de fundo sobre a questão do trabalho, a consequência lógica seria: i) refutar qualquer explicação na perspectiva individual ou de cunho ideológico liberal (que centra a responsabilidade na conduta isolada das pessoas: qualificação profissional, empreendedorismo, capital social de confiança e ajuda mútua), e; ii) ponderar melhor sobre a concepção que enfoca somente dinâmicas econômicas – taxas de investimentos, de crescimento econômico e do crescimento da PEA – sem negar sua importância, mas situando melhor o grau de impacto que podem gerar, sendo necessário introduzir o reconhecimento de novas dinâmicas econômicas que não seguem necessariamente o padrão da economia clássica, como a problemática do “crescimento sem emprego” apontado por diversos pesquisadores (BRAVERMAN, 1987; FIORI, 2000; FURTADO, 1998).

Além disso, numa concepção mais política e estrutural, é preciso levar em consideração que o investimento produtivo e crescimento econômico, para que tenham ou provoquem algum impacto nas taxas de emprego e de formalização do mercado de trabalho, antes sofrem uma mediação que irá determinar sua qualidade e alcance. Esta mediação diz respeito justamente à concorrência intercapitalista e a incorporação de progresso técnico com o objetivo de aumentar a produtividade e poupar mão-de-obra, ou seja, o trabalho é sempre fator de ajuste frente à meta prioritária da acumulação de capital, sendo assim, a sua lógica busca maximizar o uso da mercadoria força de trabalho. Este processo vai encontrar maior ou menor resistência conforme a correlação de forças, em geral pautas pela luta por conquista no campo dos direitos sociais, conquistas estas ameaçadas pela estratégia atual do capital frente a sua crise de acumulação – o neoliberalismo; em outras palavras de acordo Alves (2004):

“Mas o que observamos é que, sob o período de declínio histórico do capital, presenciamos um processo paulatino de precarização do trabalho que significa a reposição das determinações mercantis da força de trabalho, expondo, com amplitude e intensidade, sua condição ontológica de mercadoria, pressuposto negado, mas efetivo, durante o período histórico anterior. Em virtude de sua crise estrutural, o capital tenta repor, com perplexidade, a condição da força de trabalho como mercadoria, ou seja, jogar o trabalho à sanha contingente das forças do mercado” (acesso em 20/10/2006).

Como consequência lógica, o projeto político hegemônico será sempre voltado ou para a redução de custos com a mercadoria trabalho, o que implica pressão contrária à manutenção ou mesmo ampliação dos direitos sociais, ganhos salariais decrescentes e precarização do trabalho ou a “flexploração”, nos dizeres de Bourdieu (1998, p. 119), mas implica ainda na redução sistemática do próprio contingente de trabalhadores assalariados, aumentando o número de desempregados ou do trabalho informal, fenômeno também conhecido pela categoria marxiana de aumento do exército industrial de reserva.

A pretensão do presente trabalho não foi buscar por uma explicação detalhada sobre as causas e dinâmicas do desemprego e da precarização, mas tão somente listar resumidamente suas principais linhas explicativas, uma vez que proposta de combate, mudança ou mesmo de transformação deste cenário estão intimamente ligadas à concepção que se tem do mesmo (se é na linha mais liberal, individual ou estrutural), é isto que veremos no item seguinte ao discutir a proposta (o texto) da economia solidária na perspectiva da como ela é situada em relação à questão do trabalho (seu contexto).

3. A PROPOSTA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária vem sendo colocada e reutilizada por muitos autores como uma estratégia de enfrentamento ao desemprego e à exclusão social. Fala-se em um modo de produção alternativo ao capitalismo e aos efeitos da mundialização do neoliberalismo, sendo que o mais discutido é o desemprego e a precarização do trabalho em conjunto com a ofensiva aos direitos sociais conquistados.

Os interpretes da economia solidária destacam certas qualidades que a fazem singular, argumentando que se trata de uma organização econômica baseada na horizontalização do poder, na autogestão, na cooperação e na solidariedade, que busca autonomia e laços de trabalhos não burocratizados e antagônicos – separação de quem decide e quem executa; fazendo então suscitar uma emancipação do trabalho, que deixa de ser alienado e transformado em uma simples mercadoria. Com isso, o principal mecanismo de funcionamento da Economia Solidária seria a autogestão.

Segundo Singer apud Sato; Esteves (2002):

“Diz-se autogestionária a empresa cujos sócios são os trabalhadores e cujos trabalhadores são os sócios, sem presença de outros vínculos de trabalho ou de investimento, logo, a autogestão é uma forma específica de democracia industrial, distinta de sistemas de participação, seja acionaria, seja nos lucros da empresa” (p. 06).

Esses empreendimentos encontrariam potencialmente, no trabalho coletivo e na motivação dos trabalhadores que os compõem, uma importante fonte de competitividade dentro do capitalismo contemporâneo, uma vez que o trabalho de cunho “autogestionário” reforça os laços de confiança e a transparência organizacional, por fim, mas não menos importante, o sentimento de cada trabalhador de ser parte ativa ou de ser sujeito do seu próprio negócio ou empreendimento.

Enquanto no fordismo a competitividade é obtida através de economias de escalas e da divisão e alienação do trabalho e do trabalhador, sendo a motivação obtida, em grande medida, por meio de incentivos monetários ou outros mecanismos de gestão despóticos (SILVA. 1998), naquele “novo” modo de produzir, a competitividade cederia lugar à solidariedade. A cooperação interna, na autogestão pretendida, pode assumir um papel importante no processo de desalienação (colocando ou recolocando cada trabalhador como sócio e sujeito) e desfragmentação do conhecimento dos processos de produção (por meio de uma gestão transparente e compartilhada).

Embora existam diferentes leituras sobre economia solidária, ora apontada como um processo revolucionário e de mudança radical (Guillerm & Bourdet, 1997), ora como uma alternativa ao desemprego e à exclusão social (Singer, 2000) por meio da solidariedade entre trabalhadores, a grande questão seria justamente como esses empreendimentos solidários

sobreviveriam, sendo que estão inseridos no mercado capitalista? E quais as conseqüências e limites de se tentar promover formas de organização com princípios diferentes do modo de produção capitalista. Alguns autores chegam até mesmo a falar de um mercado socialista, porém de forma mais utópica, no sentido de um vir a ser ou de uma necessidade, do que de forma analítica e reflexiva questionadora da lei do valor e do processo de mercantilização do trabalho e da produção.

Como é recorrente a ênfase dada à autogestão quando se fala em economia solidária, entende-se que seja necessária uma revisão mais atenta do seu real significado, uma vez que na hipótese de existir realmente um movimento social que resiste ou contrário a lógica do capital, será importante delimitar claramente seus limites e dilemas na luta pela superação da ordem dominante, caso contrário, está se então buscando conhecer melhor a realidade da “economia solidária”, evitando assim alguns equívocos e a banalização no trato da questão do trabalho.

4. A AUTOGESTÃO E SUA ESPECIFICIDADE

Muito se tem falado sobre autogestão, porém não é difícil perceber que seu conceito, em larga medida, está sendo banalizado, sendo muitas vezes tratado quase que como sinônimo de cooperativismo, independente do real conteúdo das práticas supostamente identificadas como autogestionárias.

Sendo assim, para que o argumento do presente trabalho faça algum sentido, é fundamental então questionarmos minimamente sobre: O que é autogestão? Quais são os seus requisitos?

Buscando entender melhor a questão, será abordado o entendimento de três estudiosos do tema e críticos das teorias sociais: Motta (1981; 1986), Guillerm e Bourdet (1997), articulando algumas idéias centrais das suas obras.

Nessa linha de análise, a primeira noção relevante é que, a rigor, a autogestão seria estranha ao modo de produção capitalista (MOTTA, 1981), uma vez que é portadora de uma lógica oposta à lógica de dominação burocrática ou heterogestionária, típica do sistema econômico e social dominante.

Segundo Motta (1981), estudioso da burocracia enquanto sistema social foi Weber:

“Finalmente, Weber nos fala da necessidade crescente das funções típicas da administração, tais como planejamento, organização e controle, que o exército e a empresa capitalista enfrentam, dada a importância do poder, da segurança e das despesas. é ali que Weber percebe a fonte da ampliação intensiva e qualitativa da burocracia” (p. 69).

Entretanto o autor anteriormente citado ressaltava que Weber via a preponderância da burocracia, enquanto sistema de ordenação social, de forma preocupante, chegando mesmo a lamentar o risco de um dia acontecer de todos os aspectos da nossa vida controlados pelos chamados “funcionários de escritórios”, por meio de intermináveis despachos formais e outras formas de controle baseados na dominação racional-legal.

Para o presente estudo, importa ressaltar uma valiosa constatação de Motta (1981) cuja visão crítica do seu trabalho, a cerca da burocracia, permite explicitar um ponto de convergência relevante entre os dois grandes estudiosos das ciências humanas, Marx e Weber,

ambos ressaltando diferentes aspectos do sistema burocrático, mas convergindo sobre a questão da alienação (na mesma direção do argumento apresentado no trabalho de Benini, 2004), assim argumenta:

“A estas considerações pode-se acrescentar que a burocracia é alienante. É de Karl Marx a mais conhecida teorização sobre a alienação. Marx, contudo, não parte da burocracia. Suas idéias partem da constatação de que o operário vai-se tornando mais pobre na medida em que produz mais riqueza; que ele se torna uma mercadoria tão ou mais insignificante quanto mais mercado se cria. Assim, a valorização do mundo das coisas aumenta em razão direta da depreciação do mundo dos homens” (p. 71).

E, na seqüência, o mesmo ressalta então porque a lógica burocrática é, em si, alienante, operando diferentes antagonismos e separações:

“No nível do cargo de trabalho temos a instauração de uma divisão técnica tida como indispensável ao bom funcionamento da burocracia. Essa divisão, que já é uma separação, engendra uma serie de outras separações. A primeira delas diz respeito ao homem e aos instrumentos de produção; a segunda, ao agente, ao produto de seu trabalho; a terceira, à separação entre cada membro da organização, isto é, cada um concentrando-se em sua tarefa, não se ocupando da do outro. Trata-se da delimitação de territórios, para pessoas e departamentos. A quarta diz respeito à separação ao nível da atividade, isto é, o trabalhador não pode defini-la. Deve executar sua função seguindo suas normas definidoras presentes em sua descrição. Finalmente, há a separação no tempo da atividade, o tempo é um dado quantificado dividido, regulador da conduta” (p. 74-75).

Sendo assim, se entendemos o seu contrário – a heterogestão ou a dominação burocrática - será possível então entendemos mais precisamente a que vem a autogestão. Para completar nosso raciocínio, citamos então Guillermin; Bourdet (1997), que chamam a atenção para as concepções equivocadas que são construídas sobre a idéia de autogestão:

“Para o grande público, pouco ou mal informado, a palavra autogestão tem sonoridade econômica e técnica. A autogestão parece designar sobretudo outra forma de fazer funcionar e administrar as empresas. É assim que numerosas livrarias gerais, mesmo bem fornidas de livros de Filosofia, de Sociologia e de Política, recusam-se a receber em consignação a revista *Autogestion*, pois os gerentes julgavam tratar-se de uma publicação muito particular que só deveria encontrar lugar nas livrarias especializadas em Direito (legislação do trabalho, da administração, até de marketing) e em tecnologia. Para evitar o mal-entendido e para indicar que a autogestão não está circunscrita à administração individual e local das fábricas, a comissão de redação decidiu completar o título da revista, que se chama doravante *Autogestion et Socialismo*. Os leitores da presente obra se convencerão sem esforço de que, para nós, a autogestão deve ser compreendida em um sentido generalizado e que não se pode realizar senão por uma revolução radical, que transforme completamente a sociedade em todos os planos, dialeticamente ligados, da economia, da política e da vida social” (p. 45, grifo nosso).

Concluí-se com o exposto que: se a essência da lógica burocrática é a alienação, amparada por diferentes antagonismos, uma lógica oposta de organização da produção só pode ser efetuada então pela negação de antagonismos, em outras palavras, pela autogestão. A luz desta constatação elementar, pode-se criticar a coerência da proposta da economia solidária no exato momento em que, ela mesma, ressalta a centralidade da autogestão, logo, seu processo precisa ser, a rigor, um processo em contradição com o sistema social e econômico vigente e de destruição de quaisquer antagonismos, hierarquias ou alienações, o que implica num projeto político de transformação do modo de produção capitalista.

Sendo assim, os requisitos da autogestão incluem: transformação social, fim dos antagonismos, capacidade dos sujeitos, o que requer um contexto político, social, econômico e ideológico transformado, de outra qualidade, diferente da atual.

5. OS LIMITES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MERCADO CAPITALISTA

Apesar de a sua proposta ser apresentada como uma alternativa de gerar trabalho e renda ou como um modo de produção e distribuição baseado na autogestão (SINGER, 2001), os diferentes estudos sobre os casos concretos de empreendimentos solidários revelam que há uma heterogeneidade de casos e experiências, unidos por práticas de auto-ajuda ou ajuda mútuo – equivocadamente classificadas como práticas de autogestão – e em luta constante para sobreviverem no mercado capitalista.

Dentro dessa realidade, para garantir seu espaço no mercado, aqueles empreendimentos vêm reproduzindo muitos dos valores dominantes para sobreviver: competição, hierarquia, precarização, marketing, jornadas de trabalho elevadas (não raramente até mesmo superando às 8 horas diárias). É o se apura a partir dos estudos de casos pesquisados e das entrevistas e dinâmicas de grupos (BENINI, 2004) realizadas junto às cooperativas, formadas com base na literatura já produzida pela economia solidária.

Para entender melhor a pluralidade dos casos estudados, é importante recuperar estudo de Rios (1989), ao colocar uma questão chave para entendermos de que maneira o cooperativismo se distancia da autogestão e está submetido ao mercado. O autor irá então indagar sobre a relação entre a diferenciação das classes sociais e a proposta niveladora do cooperativismo originário (de cunho autogestionário):

“Na realidade, longe de superá-la, a diferenciação classista se reproduz no cooperativismo, contradizendo a ideologia niveladora. A cada classe sua cooperativa. Existe, pois, um cooperativismo dos ricos e um cooperativismo dos pobres. Isto significa que, ao invés de as diferenças entre as classes diminuírem, ao contrário, se acentuam. Isto ocorre pela concentração de riqueza, do prestígio social e do poder político aumentada pelas cooperativas das classes dominantes” (p. 10).

Com isso, a proposta de formar redes de cooperativas independentes do mercado capitalista, que produziriam os germes de um novo modo de produção alternativo e autônomo, não resiste ao seu contexto maior, um modo de produção baseado na alienação e na exploração de uma classe pela outra.

Será colocado e seguido o pensamento de Rios, ao argumentar “que simplesmente ter uma forma jurídica de cooperativa não é suficiente para classificar esses empreendimentos como alternativos e solidários”, pois podem, e com boas vantagens, de forma desvirtuada do

cooperativismo originário, atuar no cenário capitalista reproduzindo a exploração e a precariedade do trabalho.

A aposta dos interpretes da economia solidária (SINGER, 1998; MANCE, 2003; ARRUDA, 1998), de que as “ilhas” de autogestão poderiam, ao longo do tempo, passar para “arquipélagos”, por meio de redes ou articulações interorganizacionais, é problemática se levarmos em conta que, pelo que os diferentes estudos de caso indicam (ARAÚJO, 2003; AZEVEDO, 2003; BENINI, 2004; COSTA, 2003; CRUZ, 2002; ROSENFELD, 2003;) não há um projeto político comum de superação da ordem capitalista entre todas aquelas iniciativas (chamadas de empreendimentos solidários), da mesma forma que já nós alertava Rios (1989) ao falar das diferentes qualidades de cooperativas, logo fica difícil imaginar uma aliança entre cooperativas e associações com projetos ideológicos tão distintos.

Dessa forma, indaga-se mais uma vez: qual é o projeto da economia solidária? Construção de redes de empreendimentos até terem força suficiente para subverter a ordem capitalista? Então, mesmo numa hipótese otimista, a economia solidária não é um novo modo de produção, mas sim está restrita a uma escala reduzida de iniciativas pontuais tentando competir por meio da ajuda mútua ou auto-ajuda, que erroneamente é chamada de autogestão. São na verdade, conforme definição definida por Faria (2005), cooperativas de resistência, uma vez que existe sim a tentativa de eliminar a figura do patrão proprietário dos meios de produção, porém elas necessariamente precisam se submeter à lógica hegemonia do mercado capitalista e a conseqüente lei do valor que submete o valor de uso ao valor de troca (MARX, 1990).

Como muitas vezes tais empreendimentos (cooperativas) são gerados sob bases rudimentares ou restritas de acesso ao progresso técnico, ao crédito, experiência administrativa, entre outros, o seu grau de autonomia é largamente diminuído, o que vai resultar na sua dependência a grandes corporações capitalista (determinando preço, condições de pagamento, ritmo das entregas) e na conseqüente precarização do trabalho realizado por aquelas cooperativas.

Considerando o enfoque na autogestão, sem esvaziar seu sentido e conteúdo, temos então que ponderar criticamente sobre a realidade da economia solidária, apontado seus limites, contradições e também quais são as opções colocadas. Todo um conjunto de criação atual de cooperativas e associações são ao mesmo tempo motivados pela luta contra o sistema capitalista é inviabiliza por este mesmo sistema.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: INCLUSÃO SOCIAL NO CAPITALISMO OU EMANCIPAÇÃO SOCIAL DO CAPITALISMO?

Como base nas argumentações aqui apresentadas sobre o significado substantivo da autogestão, a proposta da economia solidária e sobre os limites impostos pelo modo de produção capitalista a essa mesma proposta, percebe-se que o resultado provável é que os empreendimentos de cunho solidário, baseados na auto-ajuda e ajuda mútua inspirados na autogestão (e não sendo sinônimos desta), em geral tende a ser novas realidades de trabalho precarizado, ainda que a figura do patrão e da propriedade privada, a primeira vista, desapareça da realidade daqueles empreendimentos, uma vez que a sua lógica continua presente no contexto do mercado capitalista.

Entretanto recusa-se quaisquer concepções fatalistas, ou seja, sem entrar no debate amplo, mas imprescindível, sobre os caminhos da emancipação social, é importante colocar algumas questões para refletir: primeiro ressaltasse que a lógica do capitalismo não pode ser

encarada como um bloqueador inexorável de todas e quaisquer iniciativas de reversão do estabelecido, pelo contrário, cabe sempre ao espírito crítico de todas as pessoas, seja na condição de pesquisador, aluno ou trabalhador, decifrar seus mecanismos de reprodução e encontrar brechas ou caminhos de luta. No caso específico da economia solidária, é preciso reconhecer um mérito claro, o de provocar o debate sobre as raízes do desemprego, precarização e exploração, incluindo o questionamento sobre a própria lógica da produção.

Porém há que se questionar alguns dos seus pressupostos e das suas práticas, especialmente no que diz respeito ao uso recorrente da autogestão, sem a ponderação mais clara e honesta que são tentativas de organização baseadas nos princípios autogestionários cuja concretização, a rigor, está vinculada a superação da ordem do capitalismo burocrático.

Sem um processo que contenha um projeto político maior, de construção efetiva de um modo de produção socialista, será grande a probabilidade de as experiências ou mais precisamente tentativas de autogestão, dentro do espaço limitado das cooperativas de resistências, ficarem fadadas ao retrocesso ou à precarização do trabalho dos seus sócios trabalhadores para que seu empreendimento possa sobreviver, frente à lógica do mercado capitalista.

Nesse ponto preciso de inflexão (qual tal o conteúdo da autogestão) é que pode-se encarar o projeto de economia solidária como sendo ele mesmo um projeto em disputa: Inclusão social no capitalismo ou emancipação social do capitalismo?

Se a opção for pela inclusão, então continua em primeiro plano a meta de geração de emprego e renda, porém há que se reconhecer, frente a qualquer discurso da economia solidária como um projeto alternativo, que é um discurso vazio porque a ausência de conteúdo crítico ou de um projeto político de transformação, porque promove uma pseudo-autogestão que na verdade não passa, na melhor das hipóteses, de práticas de auto-ajuda, ajuda mútua, uma autogestão de grupo sem o conteúdo radical de ruptura com lógica dominante (capitalismo burocrático) que se pressupõe de uma autêntica prática autogestionária.

Logo, optar pela luta por uma prática concreta de autogestão significa a opção pelo projeto de emancipação, o que pode significar, conforme vimos no decorrer deste trabalho, a construção de cooperativas e associações organização pela negação constante a lógica burocráticos e articulados com um projeto político maior de transformação do mercado e do Estado.

Colocar a mudança da lógica do Estado como central do projeto da economia solidária é recolocar quais políticas públicas são coerentes com esse processo (incluindo a questão educacional, crédito, progresso técnico). Cabe então lembrar que políticas públicas são ações que visam atender o interesse público, porém qual é esse interesse na verdade não é algo dado a priori, mas sim resultado da luta de classes, que a cada momento histórico configura um papel às organizações estatais: ora mais conservador, ora mais regulacionista, ora mais totalitário ou mesmo um papel de transformador da realidade social (quando ele próprio é transformado para isso). Conquista de políticas públicas é, sobretudo, resultado de lutas políticas.

7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. Trabalho e globalização. In. Revista Autor. Ano IV - nº. 38 / Agosto de 2004. Disponível em: <http://www.revistaautor.com.br/artigos/2004/38gal.htm>. (Acessado em: 2/10/2006).

- ARRUDA, M. O “Feminino Criador”: Socioeconomia Solidária e Educação. Texto apresentado na Reunião Anual da ANPED. PACS. Setembro de 1998.
- ARAÚJO, C. L. As Cooperativas de Seringueiros como instrumento de desenvolvimento local. IX Colóquio internacional sobre poder local. Salvador. BA. 15 a 19 de junho, 2003.
- AZEVEDO, A. B. A. Inovação tecnológica em empreendimentos autogestionários: Utopia ou possibilidade. IX colóquio internacional sobre poder local. Salvador. BA. 15 a 19 de junho, 2003.
- BENINI, E. A. Economia Solidária, Estado e Sociedade Civil: um novo tipo de política pública ou uma agenda de políticas públicas? In. Revista Organizações e Democracia. N.4. Pg. 3-22. Marília. 2003.
- BENINI, E. A. Políticas Públicas e Relações de Trabalho: estudo sobre o processo e natureza da denominada “Economia Solidária”, enquanto política pública, a partir da investigação de alguns casos concretos. Dissertação de Mestrado apresentada na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – EAESP-FGV. 2004.
- BOURDIEU, P. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- CASTELLS, M. Para o Estado-Rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. In. BRESSER PEREIRA, et. al. (Orgs). *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo: Editora Unesp. 1999.
- COSTA, P. de A. Procurando desvendar uma nova lógica de trabalho: um relato de três oficinas de gestão para empreendimentos de Economia Solidária. IX Colóquio internacional sobre poder local. Salvador. BA. 15 a 19 de junho, 2003.
- CRUZ, A. Uma contribuição crítica as políticas públicas de apoio à Economia Solidária. Artigo produzido originalmente como trabalho de conclusão da disciplina “Economia Solidária”, oferecida pelo PPG em Economia da FEA-USP, em 2001/II, sob a responsabilidade do Prof. Dr. Paul Singer. Janeiro de 2002.
- DEJOURS, C. *A Banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- DE MASI, D. *O Ócio Criativo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- DOWBOR, L. *A reprodução social – propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FARIA, M. S. de. *Da autogestão à economia solidária: o surgimento do novo cooperativismo no Brasil*. Mimeografado. 2005.
- FIORI, J. L. (org). *Estado e moeda no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 2000.

- FRANÇA FILHO, G. C. de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular – traçando fronteiras conceituais. In. BAHIA ANÁLISE & DADOS. Salvador, SEI. V. 12. N.1. Junho 2002.
- FREITAS, M. C. de. A reinvenção do futuro. Bragança Paulista: Contez, 1996.
- FURTADO, C. O capitalismo global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- GUILLERM, A & BOURDET, Y. Autogestão: uma mudança radical (tradução de Hélio Pólvora). Rio de Janeiro: Zahar editores, 1997.
- HOBSBAW, E. Era dos extremos: O breve século XX; 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KOSIK, K. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- IOSCHPE, E (coord.). 3º setor – Desenvolvimento Social Sustentável. Rio de Janeiro: Gife/Paz e Terra, 1997.
- MANCE, E. Governo Lula e Economia Solidária – Desenvolvimento Sustentável, Geração de Trabalho e Renda e Erradicação da Fome. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br/EuclidesMance>. Acessado em 30/03/2006
- MARQUES, R. M. A proteção social e o mundo do trabalho. São Paulo: Biental, 1997.
- MARX, K. O Capital – crítica à economia política. VOL.I. Lisboa, 1990.
- MONTAÑO, C. Terceiro Setor e questão social – crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003.
- MOTTA, F. C. P. O que é burocracia. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MOTTA, F. C. P. Burocracia e Autogestão - a Proposta de Proudhon. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MOTTA, F. C. P. Organização e Poder. São Paulo: Atlas, 1986.
- MOTTA, F. C. P. Alguns precursores do participacionismo. In. VENOSA, R. (org.). Participação e participações (ensaios sobre autogestão). São Paulo: Babel Cultural, 1987.
- ROSENFELD, C. L. A autogestão e a nova questão social: repensado a relação indivíduo-sociedade. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. GT ANPOCS. Seminário intermediário. USP, 2003.
- SANTOS, B. S. (Org.). Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.
- SATO, L.; ESTEVES, E. Autogestão: Possibilidades e ambigüidades de um processo organizativo peculiar. São Paulo: ADS-CUT, 2002.

SINGER, P. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, P. Economia Solidária no Brasil. São Paulo: Contexto, 1998a.

SINGER, P. Introdução a Economia Solidária. São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA, F. L. G. Gestão da Força de Trabalho e Capital. In Estudos de Sociologia Faculdade de Ciências e Letras, UNESP Campus de Araraquara, ano 2, n. 3, p.35-54, São Paulo, 1997.

SILVA, F. L. G. A Fábrica como Agência Educativa: A Gestão da Força de Trabalho no Sistema Toyota de Produção. Faculdade de Ciências e Letras UNESP Campus de Araraquara. In Temas Ano 5, n. 4, p.163- 193, São Paulo, 1998.

SILVA, F. L. G. O discurso eficientista na teoria organizacional: uma análise crítica. Publicado na Revista Spei – Curitiba – vol.3 p. 29-37, jan/jun. 2002.

STORCH, S. Uma perspectiva estrutural sobre cooperativas industriais. In. VENOSA (org.) Participação e participações – ensaios sobre autogestão. São Paulo: Babel cultural, 1987.

RIOS, G. S. L. O que é cooperativismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

TRAGTENBERG, Maurício. Burocracia e Ideologia. São Paulo. Ática, 1974.